



Anais da Assembléia

N.º 104

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE SETEMBRO DE 1983

ANO IX

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 98ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1983

QUINTA-FEIRA.

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Edmar Luiz Costa e Anibal Khury.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

Mensagem 104/83

Curitiba, 14 de setembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os municípios adiante mencionados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTOS DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Município	Data da celebração
Altamira do Paraná	02/07/83
Cantagalo	02/07/83
Lupionópolis	10/08/83
Mariluz	08/07/83
Matelândia	02/07/83
Marechal Cândido Rondon	04/06/83
Missal	02/07/83
Salgado Filho	08/07/83
São Tomé	10/08/83
Santo Antônio do Caiuá	06/05/83

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

INDICAÇÃO

As lideranças do PMDB e PDS vêm indicar, para representar esta Casa nos festejos de aniversário de Campo Mourão, os senhores deputados:

RUBENS BUENO,
AMÉLIA HRUSCHKA,
EDUARDO BAGGIO, pelo PMDB, e
AUGUSTO CARNEIRO e
GILBERTO CARVALHO, pelo PDS.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) Tércio Albuquerque e Rubens Bueno.

Vice-Líder do PDS e Vice-Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, com base no Regimento Interno, preferência na votação da EMENDA de Plenário, apresentado ao Projeto de Resolução nº 06/83, sobre as emendas das Comissões de Constituição e Justiça e das Finanças.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da publicação da Redação Final para o Projeto de Lei nº 97/83.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja consignado em ata um voto de congratulações à Adevipar-Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, pela conquista do título de tri-campeão no 3º Torneio Sul Brasileiro de Deficientes Visuais, realizado em Joinville-SC, nos dias 17 e 18 do corrente, dando-se ciência deste requerimento aos senhores VALDOMIRO VALENTIN TEODORO e SINÉSIO FOLLMANN, respectivamente presidente e técnico da entidade.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) Caíto Quintana.

JUSTIFICATIVA:

A Adevipar tem durante a sua existência, procurado dar um sentido de dignidade e valor à vida dos deficientes de nosso Estado.

A conquista do tricampeonato de futebol de salão por seus atletas, por certo vem valorizar a prática do esporte, mostrando a todos os deficientes que é possível viver integrado na sociedade e realizar grandes feitos, desde que haja perseverança e certeza de que cada um é que constrói o seu existir, independente das condições em que ele se apresenta.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que seja consignada na ata dos trabalhos de hoje, votos de congratulações ao Excelentíssimo senhor presidente das organizações Rede Globo, jornalista Roberto Marinho.

Há poucos dias atrás, a televisão completou trinta anos de sua existência em nosso País, marcada com sucessivas e até mesmo profundas modificações no que diz respeito a seus aspectos tecnológicos e culturais. A presença deste veículo de comunicação é, na verdade, um imprescindível instrumento de registro da história, em todas as suas etapas, nos diversos âmbitos, bem como também um agente que influencia no comportamento da própria humanidade.

Ao atingir mais este importante marco, é preciso que realmente seja avaliado o papel do que é e do que deve ser a nossa televisão.

Realizando esta análise, dentre as inúmeras conclusões que iremos por certo chegar, destaca-se a televisão voltada para a informação e interpretação dos fatos, onde a Rede Globo, visando dar maiores espaços aos diversos profissionais da imprensa, faz, segundo anúncio publicitário da emissora, retornar como parte integrante de sua programação, o Globo Repórter.

Volta à televisão, após quase um ano de ausência, este importante programa, reabrindo o espaço jornalístico, possibilitando também, um novo tipo de trabalho para o repórter, que passa a vivenciar os assuntos abordados, no trabalho de campo.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de solidariedade aos prefeitos do Paraná que, reunidos com prefeitos de outros Estados da Federação, seguirão no próximo dia 27 até Brasília para reivindicar a Reforma Tributária Nacional.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) EDUARDO BAGGIO.

JUSTIFICATIVA:

Conforme é do conhecimento dos ilustres membros desta Casa, os prefeitos brasileiros estão se reunindo e têm audiência marcada no próximo dia 27, às 14:00 horas com o Excelentíssimo senhor presidente da República, em Brasília.

Visam os prefeitos municipais, nesse encontro, demonstrar ao chefe da Nação a premente necessidade que se faz de ser realizada a tão sonhada Reforma Tributária Nacional.

Cumprimentamos os prefeitos paranaenses que decidiram tomar parte nesse histórico evento e, por esta razão, solicitamos este voto de solidariedade aos chefes de executivos municipais de nosso Estado que tomaram a significativa decisão.

Estendemos nossos cumprimentos aos demais prefeitos brasileiros que decidiram de igual forma. É hora dos municípios mostrarem a força que têm e reclamarem os seus direitos.

Da forma como hoje os recursos são distribuídos, ficando a maior parcela com a União, tem acarretado incalculáveis prejuízos para os municípios, brasileiros, que estão vivendo dias de completa incerteza e extrema angústia, envolvidos numa crise financeira jamais vista.

A cada dia que passa crescem as delegações de novos encargos aos municípios sem que haja a correspondente entrega de tributos ou qualquer outra forma de recursos, causando com isto esta situação de penúria.

Faz-se necessário aumentar a quota de participação dos municípios no Fundo de Participação dos Municípios, que

atualmente é de apenas 10,5 por cento. Também faz-se premente majorar a participação dos municípios no ICM, que atualmente tem sido de apenas 20 por cento.

Assim sendo, a presença dos prefeitos paranaenses em Brasília, será de grande importância porque, juntamente com os demais prefeitos brasileiros, em contato direto com o chefe da Nação, terão condições de demonstrar a real situação de nossos municípios na atualidade.

Do Paraná, mais de 200 prefeitos já confirmaram a sua presença no encontro. Mas é preciso que mais prefeitos se unam e participem dessa importante marcha a Brasília. As consequências somente poderão ser positivas.

Por esta razão entramos com o presente pedido, solicitando a consignação em ata de um voto de solidariedade aos prefeitos paranaenses que, juntamente com prefeitos de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de vários outros Estados da Federação, estarão no próximo dia 27 em Brasília, levando ao chefe da Nação as mais lícitas reivindicações municipalistas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja manifestado ao Excelentíssimo senhor secretário da Agricultura o mais irrestrito apoio desta Casa à solicitação encaminhada pela Prefeitura Municipal de União da Vitória, no sentido de que seja reativado, com a máxima urgência, o Laboratório de Análises de Solo do lapar, existente na sede daquele município e desativado desde janeiro passado.

Tratando-se de região tradicionalmente produtiva do Estado, onde o uso das técnicas modernas de produção agrícola tem sido incentivadas no ano passado, talvez o laboratório em questão não devolva resultados financeiros imediatos, mas por certo, e num prazo não muito longo, lucrará, sobremaneira, o Estado com o retorno que será ocasionado pela melhoria da produtividade.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de Moção parabenizando os senhores deputados federais, aos senhores presidente e líderes da Câmara Federal, bem como aos presidentes e líderes dos partidos políticos, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no final assinado, no uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Regimento Interno, dirige-se a Vossa Excelência para REQUERER, ouvido o Plenário, o encaminhamento de sugestão ao Excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, digníssimo secretário de Estado dos Transportes, no sentido de incluir no Plano Rodoviário Estadual a ligação asfáltica de Cruzeiro do Oeste a Nova Olímpia, numa extensão aproximada de 40 km, servindo extensa área cafeeira que se vê prejudicada no escoamento das safras com o encarecimento dos fretes por estradas de leito natural e sua inviabilidade nas temporadas de chuvas.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) NELSON VASCONCELLOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se enviar duas fanfarras completas em favor das escolas da Rede Estadual de Ensino, localizada no município de Araruna.

Tal reivindicação, visa atender a iniciativa do senhor Osvaldo Valarini, chefe do Executivo Municipal Ararunense, que objetiva para dotar aqueles educandários, de instrumentos musicais para as diversas comemorações que comumente são realizadas com a participação, em especial, do estudantado.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, encaminhamento, após ouvido o Plenário, de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor chefe da Casa Civil, no sentido de que seja estudada a possibilidade de incluir no Orçamento Geral do Estado, verba no valor de Cr\$ 3.000.000,00 para o Albergue Noturno de Terra Boa. De iniciativa do Excelentíssimo senhor prefeito Municipal de Terra Boa, Elso Garcia Segura, e de Sandoval José dos Reis, presidente daquela entidade, através de correspondência recebida, na qual salientam as inúmeras dificuldades que estão acontecendo, em face da ausência de recursos, comprometendo com isso, o próprio atendimento para os menos favorecidos.

Pelas razões ora apresentadas, faz-se necessário o atendimento do proposto, por ser de fundamental importância e urgência.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação a Excelentíssima senhora secretária da Educação, no sentido de que seja estudada a viabilidade de efetuar-se uma reforma geral no Ginásio João Maffei Rosa, localizado no município de Juranda.

Dentre as diversas problemáticas existentes, destaca-se a falta de um muro cercando aquele estabelecimento educacional, e que constantemente está a colocar em risco os frequentadores, que são os estudantes, professores e funcionários.

Pelas razões expostas, é imprescindível que medidas urgentes sejam tomadas, capazes de oferecer maior tranquilidade à comunidade educacional, em especial.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial a Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja analisada a possibilidade de realizar reformas gerais onde se encontram abrigadas as instalações do Colégio Estadual Unidade Pólo — ensino de primeiro e segundo graus, em anexo, segue relação do material, no município de Campo Mourão.

De iniciativa do presidente Sidney Rodolfo de Souza, da Associação de Pais e Mestres daquele estabelecimento, através de correspondência recebida, a qual salienta aquela

entidade, a urgência das reformas, ante as condições precárias que são verificadas colocando em riscos professores, estudantes e funcionários.

Pelas razões expostas, é imprescindível que medidas sejam urgentemente tomadas, a fim de assegurar uma nova estrutura àquela importante escola mourãoense.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado da Cultura e do Esporte para que seja estudada a viabilidade de se enviar materiais relacionados em anexo, para a Escola Estadual Ribeiro de Campos - Ensino de primeiro grau, localizada no município de Goioerê.

O atendimento de que ora é exposto sem dúvida alguma, que permitirá aquele educandário esteja condicionado a oferecer aos professores melhores resultados ao que diz respeito a prática do desporto e aos costumes cívicos para com o conjunto dos estudantes.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor Deni L. Schwartz, secretário de Estado dos Transportes e ao Ilustríssimo senhor Olivo Zanella, Diretor Geral do D.E.R., solicitando a reconstrução da ponte sobre o Rio São Francisco Falso em Santa Helena.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação requer atendimento urgente por parte das autoridades.

Está situada na PR 488, é uma rodovia asfaltada e no momento interrompida pela queda desta ponte, que mede aproximadamente 60 metros.

A reconstrução é de extrema necessidade, não só porque liga os municípios de Santa Helena - Vera Cruz, mas porque prejudica o contato e transporte com os demais municípios do Estado.

Cremos no atendimento imediato da Secretaria dos Transportes e contamos com o apoio dos nobres deputados na aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja oficiado ao diretor presidente da Copel, solicitando-lhe esclarecimentos sobre fatos, ocorridos no escritório regional de Maringá, conforme denúncia, formulada pelos presidentes dos sindicatos das indústrias urbanas de Curitiba, Londrina e Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) TADEU FRANÇA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento prende-se ao fato de solicitarmos informações sobre a atuação de dois funcionários lotados no Escritório Regional de Maringá, os senhores ISMAEL SERRA e ROGÉRIO RAMOS RÉGIO, o primeiro assessor de Imprensa e o segundo assessor Jurídico, para que apure denúncias feitas pelos presidentes dos Sindicatos de Indústrias Urbanas de Curitiba, Londrina e Cornélio Procopio, no sentido de que os

senhores acima, estão no presente momento estimulando os empregados do Escritório Regional da Copel de Maringá, a não contribuição da taxa assistencial aos sindicatos.

Portanto, achamos que atitudes como estas têm como claro e único objetivo, de esvaziar economicamente os sindicatos, compromissados com os avanços das lutas dos trabalhadores, para conter o capital espoliador, e até mesmo à sua própria organização.

É necessário a parcela imediata da campanha desenfreada por estes dois senhores acima, ou que seja dada também oportunidade aos sindicalistas de adentrarem nas repartições da Copel em Maringá, e possam discutir com os empregados da necessidade ou não de recolherem a taxa assistencial, aos respectivos sindicatos, pois dentro de um governo democrático e, que têm como slogan "é preciso mudar", pressupõe-se um amplo e vigoroso debate de todas as questões.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, oficie-se ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes do Paraná, deputado Deni Lineu Schwartz, solicitando urgentes providências daquela laboriosa Pasta, no sentido de se elaborar um programa emergencial visando a imediata recuperação das estradas vicinais do município de Cândido de Abreu, neste Estado.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR.

JUSTIFICATIVA:

O município acima referenciado, encontra-se em gravíssima situação e prestes a decretar estado de emergência, haja vista que a ação das torrenciais chuvas que se precipitaram sobre a região em julho e neste último final de semana, trouxeram prejuízos de grande monta na malha viária do município e nas estradas que dão acesso a este.

Aliado a esta dramática situação, está o fato do erário público municipal encontrar-se praticamente reduzido a nulidade assim como também, não podemos deixar de considerar que a verba de 6 milhões, destinada e já recebida pela Prefeitura daquele, relativa aos programas de ajuda do governo federal para os municípios atingidos pelo flagelo das enchentes do mês de julho, é irrisória para se fazer frente à caótica situação daquela comunidade que hoje amargura contar com apenas uma via de acesso, estando esta ainda, em precaríssimas condições de trânsito e/ou tráfego.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a Sua Excelência o senhor deputado federal Nelson Miguel Friedrich, MD. secretário de Estado do Interior, consubstanciado em solicitação no sentido que seja implantado Centrais telefônicas nos distritos de Vila Ipiranga, Dois Irmãos e São Miguel e a venda de telefones residenciais nos referidos distritos.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

JUSTIFICATIVA:

Tal apelo é formulado em atenção aos reclamos da população dos referidos distritos, que vem através requerimento do vereador Mário Hillebrand, apresentado junto à Câmara Municipal, reivindicando a instalação de centrais telefônicas visando assim o melhoramento nos meios de comunicações locais.

Embora os distritos citados, tenham uma destacada posição no contexto da economia estadual, ainda não dispõem de meios de comunicação adequado, trazendo assim enormes prejuízos àquele sofrido povo.

Informamos ainda, que a instalação de centrais telefônicas naquelas comunidades, justifica-se, por tratar-se de uma antiga aspiração da laboriosa população que ali reside e desenvolve um trabalho digno e merecedor de melhor atenção das autoridades estaduais.

É nesse sentido que formulamos o presente apelo que, temos a certeza, merecerá do senhor secretário do Interior, o melhor de suas atenções, já que a sua finalidade, como sempre vem a de ser, o trato da causa pública.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao senhor presidente da Sanepar, apelando no sentido de que seja instalada uma rede de água no Centro Social Nossa Senhora das Dores, no município de Colombo, estrada Velha de São Paulo.

Outrossim, esclareço que o encanamento de água existente atualmente, está instalado somente até a Serraria João Dalprá, em Guaraituba, faltando aproximadamente 500 metros para que chegue ao centro.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) IVAN GUBERT.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que a este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de correspondência à Professora Gilda Poli Richa Loures, DD. secretária de Estado da Educação, solicitando da mesma a nomeação da titular da 18ª I.R.E. — Inspeção Regional de Ensino para exercer a função de coordenadora do município de Londrina da CNEC — Campanha Nacional de Escolas da Comunidade; ao mesmo tempo que determine a execução de estudos visando a encampação das escolas da CNEC no Paraná pela Secretaria de Estado da Educação.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a inserção na ata dos trabalhos desta sessão do artigo "Crise leva ao abate de leitões recém nascidos", publicado na edição de hoje do jornal "O Estado do Paraná" à página de número nove.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 143/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O "GRUPO ESPÍRITA ALLAN KARDEC", com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, foi fundado em 19 de fevereiro de 1982, e tem seus estatutos devidamente

registrados sob nº 783, em 12/05/82, no Registro de de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, de Maringá.

Consta em seus estatutos que é uma entidade de caráter assistencial, sem fins lucrativos, não distribuindo lucros ou dividendos, não possuindo renda própria nem recursos próprios suficientes à sua manutenção. Não remunera sua diretoria. Presta serviços gratuitos à comunidade e mantém a "Creche Allan Kardec, na cidade de Maringá, para crianças de famílias carentes.

Propõe-se o grupo, entre outras atividades, criar escolas para a instrução de primeiro grau, bibliotecas e outras obras assistenciais. Combate ao fanatismo, ao vício, ao crime e aos maus costumes em todas as suas formas, são outros objetivos desse grupo ESPÍRITA.

PROJETO DE LEI Nº 144/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS — CASA DA AMIZADA DE FLORAÍ", com sede e foro na cidade de Floraí, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário à mesma.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Floraí, com sede e foro na cidade de Floraí, foi fundada em 03 de dezembro de 1982, com finalidade específica de manter, dirigir e colaborar com obras e iniciativas por ela julgadas meritórias, destacando-se nas promoções de bem-estar social, material e social da comunidade floriense.

A referida Associação não tem fins lucrativos e é regida por estatutos próprios. Não distribui lucros ou dividendos, nem possui renda própria, prestando serviços gratuitos à comunidade. Tem sob sua responsabilidade um berçário para crianças de famílias carentes e pretende ampliar sua assistência social de caráter permanente.

PROJETO DE LEI Nº 145/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, em próprio do Estado, no município de Paranaíba, Escola Técnica de Agricultura em nível de segundo grau, que receberá o nome de "Colégio Agrícola HEITOR ALENCAR FURTADO".

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná possui, no município de Paranaíba, uma área de mais de 100 alqueires que bem poderia ser usada para a instalação de um colégio agrícola que virá atender aos anseios do povo da região, permitindo a seus filhos, ao invés de se deslocarem a outros centros mais distantes, o aprendizado das técnicas agrícolas, sem se afastar das propriedades paternas.

É sabido que muitos jovens, filhos de agricultores, ao se deslocarem para centros maiores em busca de conhecimentos técnicos, afastam-se da terra e acabam não voltando às lides do campo. Atendendo a autorização ora concedida, estaria o governo do Estado evitando a evasão do homem do campo, ao mesmo tempo que lhe asseguraria o conhecimento e emprego de novas técnicas agrícolas.

Por outro lado, aproveitando-se a oportunidade, estar-se-ia prestando uma justa homenagem ao jovem correligionário HEITOR ALENCAR FURTADO, em plena campanha, derramando o seu generoso sangue pela gente de sua região.

PROJETO DE LEI Nº 146/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a "UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE", com sede e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário à mesma.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 1983.

(a) FERRARI JÚNIOR.

JUSTIFICATIVA:

A "UNIÃO ASSISTENCIAL DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE", com sede e foro na cidade de Maringá, deste Estado, é uma entidade assistencial vinculada à IGREJA DE CRISTO JESUS INDEPENDENTE. Tem seus estatutos sociais devidamente registrados sob nº 617, do Livro "A" — Pessoas Jurídicas, no Registro de Títulos e Documentos de Maringá.

Sua finalidade principal é assistência aos necessitados, dentro de suas possibilidades orçamentárias, por meio de auxílios em roupas, alimentos, agasalhos, calçados e medicamentos.

A "União Assistencial de Cristo Jesus Independente" não tem fins lucrativos, não distribui lucros ou dividendos e não possui recursos próprios suficientes à sua manutenção. Presta serviços gratuitos à comunidade e sua diretoria não percebe qualquer tipo de remuneração por serviços prestados.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Márcio Almeida, inscrito para o Grande Expediente.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Erondy Silvério.

Ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Caíto Quintana.

Também ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Sabino Campos.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Paulo Furiatti, inscrito.

Também ausente, concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Rubens Bueno.

Havendo declinado, concedo a palavra ao senhor deputado Alencar Furtado, inscrito.

Ausente, concedo a palavra ao senhor deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI — Senhor presidente, senhores deputados.

Na tarde de hoje, estamos dando entrada nesta Mesa, de um requerimento onde pedimos a inserção na ata dos trabalhos, de uma notícia veiculada pelo jornal "O Estado do Paraná", no dia de hoje, na sua página nove. E diz a notícia, cuja origem é a sucursal da cidade de Maringá: "Crise Leva ao Abate de Leitões Recém-nascidos".

Vejam, senhor presidente, nobres senhores deputados, a que situação está chegando, a que situação já chegou a suinocultura do Paraná. Vejam a situação que chegou a suinocultura do Norte do Paraná, a do Sudoeste, a suinocultura brasileira, enfim, em função principalmente a um dado, que é da maior importância: o custo da alimentação desta mesma suinocultura.

Nós, como profissionais da área, e, também pela vivência que os últimos dias nos têm permitido, somos sabedores que, numa atividade suinícola, praticamente 80 por cento do seu custo é

reservado ao fator alimentação. E sabemos que a grande maioria da alimentação do suíno, vamos dizer os ingredientes que compõem uma ração deste suíno, é composta pelo produto milho, além do soja. E o que nós vamos encontrar hoje, e que vem dar eco a tudo aquilo que, nas últimas ocasiões temos dito desta tribuna, é que a situação a que chegou a comercialização do milho, no Paraná, com leilões sendo considerados, como um verdadeiro fiasco, isto consta da nota do Jornal, tudo isto levou a suinocultura paranaense, a esta crise, a esta situação, justamente numa hora em que a suinocultura do Paraná, deveria, digamos assim, estar vivendo momentos de grande alegria, momentos de grande otimismo, haja vista uma decisão que foi tomada pela Organização Internacional de Epizootias com sede na cidade do México, e que de uma vez por todas, a partir desta semana erradicou, se não tecnicamente, porque isto já ocorreu há algum tempo atrás, mas erradicou desta vez, oficialmente, a peste suína africana na região sul do Brasil. Peste suína africana esta que, há cinco anos atrás, invadiu nosso Estado. Muitos casos ocorreram, muitos casos temos certeza foram até fabricados, por que não dizer, mas o fato é que existiu esta doença, no nosso meio, e que levou a suinocultura do Paraná e do sul do Brasil, a um descrédito, impedindo que mercados internacionais principalmente o Mercado Comum Europeu, fosse por nós explorado e fosse por nós visitado diariamente com as nossas exportações com que a nossa suinocultura pudesse angariar e viver momentos de alegria e de expansão.

Hoje, ao mesmo tempo em que nos chega a notícia da erradicação técnica e oficial, e até no papel escrito que não existe mais peste suína africana no sul do Brasil, quando já temos notícia de que a Perdigão e a Sadia, já estão a fechar negócios com o Mercado Comum Europeu, fechando contratos, vendendo suínos nossos por aquele contrato de exportação, nós deparamos no jornal de hoje, com esta triste notícia de que leitões recém-nascidos, estão sendo sacrificados, haja vista que o suinocultor, o nosso granjeiro, não têm condições sequer, de alimentar a mãe destes leitões, a matriz.

Então, só temos que lastimar senhor presidente, senhores deputados, e fazemos questão de pedir, de requerer, que esta matéria ficasse registrada para que daqui há dois ou três meses ou dois anos, quando a suinocultura estiver a viver momentos de pujança e de alegria, nós não venhamos a nos esquecer da situação dramática que ela passou e que está passando nos dias de hoje, como também estão os avicultores e os pecuaristas de leite.

Todos nós sabemos que, a CFP, e mais uma vez vamos aqui dizer isto, sabemos que a CFP tem grande responsabilidade neste episódio, porque não é de hoje, e já se vão muitos dias, e meses, e ainda ontem, conversando com representantes da Camerpa, que nos visitavam aqui em Curitiba nós recordávamos das épocas, dos meses atrás, em que pilhas, inúmeros telex, telegramas, ofícios não só desta Assembléia, de deputados do PMDB e do PDS, mas, telex, telegramas, ofícios, audiências, com as mais variadas representações do nosso meio agropecuário, tudo isso ocorreu e nada foi conseguido de fato, até o próprio Governador José Richa nos acompanhou numa das viagens a Brasília, e lá reivindicamos aos Ministros da Agricultura, da Fazenda, ao Presidente da CFP, que liberasse aquele milho que se encontrava ainda no Paraná, para

essas Associações; esse milho ainda não foi liberado, mas sim, levado para fora do Estado do Paraná, esse milho foi levado para fora do Brasil, foi exportado a Cr\$ 1.700,00 ou Cr\$ 1.800,00 a saca e agora, se nós quisermos importar milho, vamos ter que pagar em torno de Cr\$ 9.000,00, a saca. Estamos precisando importar milho já, porque não existe mais.

Então, nós temos que lastimar esses episódios que vêm a ocorrer no dia a dia. A CFP ainda ontem fazia mais uma reunião, e tem a manchete também no próprio Jornal "O Estado do Paraná" que diz, aqui, "Milho, em Nova Reunião". E aí tem uma série de considerações onde o Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná se posiciona, reivindica, diz que vai falar com o Ministro da Agricultura; Eugênio Stephanello diz que o pessoal tem que se associar, que tem que ir para leilão mesmo, que não tem outro jeito, e nós estamos sabendo que o leilão não resolve o problema, o que resolve o problema é ter milho em quantidade, em volume e em preços compatíveis com as necessidades de hoje, não adianta querervender milho a Cr\$ 15.000,00. Se não existe milho, hoje, não adianta nós querermos vender esse milho a Cr\$ 15.000,00, porque estaremos, de uma forma drástica, inviabilizando a atividade da suinocultura. Não adianta querermos combinar preço para leilão, quando se faz leilão de brincadeira; quando até firmas adquirem por telefone e os produtores, as Associações que lá estão nada conseguem fazer.

Ainda anteontem, conversando com o Presidente da Associação dos Moageiros do Estado do Paraná, o senhor Oswaldo Chiuchetta, lá de Maringá, ele me dizia: "Pessuti, já paguei milho, no moinho, lá em Arapongas, a Cr\$ 10.400,00 a saca, que posta, colocada aqui no meu moinho em Maringá vai me custar Cr\$ 11.000,00. E aí a coisa vai se esticando, e cada vez mais a situação fica preta e o suinocultor que, neste momento em que temos nós a oportunidade de dizer a esta Casa e ao Paraná, que um grande leque de esperança se abre para essa atividade da agropecuária, que será o Mercado Comum Europeu, as exportações, em função de ter oficialmente reconhecido pela Organização Internacional de Epizootias que tem sede na cidade do México, a erradicação da peste suína-africana do sul do Brasil, isto vem representar um ânimo, um alento. E nós ficamos tristes, porque isto está ocorrendo justamente numa hora em que o suinocultor não tem sequer milho para manter o nível de exploração, hoje, da sua propriedade! O que vai acontecer é que, matrizes serão sacrificadas porque os leitões já estão sendo edaqui há uns dias serão as matrizes, e logo mais adiante nós não teremos as matrizes para produzirem os suínos necessários para atendermos, até os nossos contratos de exportação. E aí, vai acontecer aquilo que sempre acontece: a necessidade pelo dólar é maior do que a necessidade de encher a barriga do povo, nós vamos exportar os nossos suínos e o povo brasileiro vai ficar sem a possibilidade de comprar carne de suíno, em função de que os preços no mercado interno estarão absurdos, como está hoje, os jornais de hoje já trazem o absurdo que está o óleo de soja, o preço do óleo de soja. Então vai acon-

tecer isso novamente.

Então, neste sentido senhor presidente, senhores deputados, nós entendemos que o Governo Federal em função, principalmente: agora, desta grande possibilidade de expansão, de sobrevivência e de crescimento da suinocultura do Paraná, da suinocultura do sul do Brasil, que se verifica em função da abertura das exportações e contratos para exportar já existem. A Perdigão e a Sadia já têm contratos para exportação para o mês de dezembro.

O Governo Federal tinha que abrir as portas da CFP, dos armazéns da CFP. Nós sabemos que ainda existe milho estocado no Paraná e vamos fazer uma coisa até humanística: salvar o pouco que ainda existe da suinocultura do Paraná. A nossa região lá de Ivaiporã, do centro do Paraná e em especial o Município de Manoel Ribas, é um grande celeiro da suinocultura. E ainda, há questão de dias atrás tivemos e pudemos sentir quando uma de uma reunião que fazíamos para organizar um núcleo, uma associação de suinocultores daquele município, conversamos com mais de dez suinocultores e todos nos diziam que já haviam diminuído o seu rebanho em mais de 30%. Se todos os suinocultores do Paraná fizerem isso, amanhã a crise acentuada, não será mais 30%, será 50% e aí nós não teremos mais condições de sequer suprir o nosso mercado interno, e aí, o preço da banha vai acompanhar o preço do soja. A banha que um dia foi considerada como uma das causadoras e propiciadoras do colesterol, e por isso ficou meio ausente do mercado — vai ser muito procurada, não vai existir e o preço vai subir de novo. Vai subir a níveis, que de novo, o nosso consumidor não vai aguentar pagar e não vai ter o consumo. E o nosso povo brasileiro vai começar a passar fome e a deixar de comer até carne-de-porco — o que é uma coisa desagradável de se lastimar.

Pedimos então, e fazemos questão de registrar, nesta tarde, um apelo veemente ao Presidente da República, para que interfira junto à CFP, para que não mais à semana que vem, para que hoje ainda amanhã, faça com que esse milho que se encontra estocado chegue até às granjas desses suinocultores. Sejam eles filiados ou não da D.S., sejam esses suinocultores filiados ou não a algum núcleo, sejam esses avicultores filiados ou não à Apav. Mas façam com que esse milho chegue a preços condizentes, porque também não é justo, senhor presidente e senhores deputados, a CFP que há quatro, cinco meses atrás, comprou esse milho do nosso agricultor, a Cr\$ 2.000,00 e hoje está vendendo esse milho a 6, a 7, a 9, a Cr\$ 10.000,00 especulando no mercado.

A função da CFP não é especular no mercado, é controlar esse mercado. O Governo que já ganhou tanto dinheiro com a comercialização desse milho nos leilões, que faça uma distribuição a essas associações, que faça uma distribuição desse milho a esses suinocultores. E, para isso já existe uma relação com o nome de todo mundo, quantidade necessária, que se processe essa distribuição. Aí está a Secretaria da Agricultura comandada pelo companheiro Claus Magno Germer, que tem uma estrutura toda interessada em resolver o problema da agricultura, use da Secretaria da Agricultura, nesse episódio. Vamos nos aliar. Mas dis-

tribuem esse milho já amanhã para essa turma, para que não tenha, que mais leitões recém-nascidos com nem um quilo de peso terem que ser sacrificados porque os nossos suinocultores não têm como alimentar, para que os nossos avicultores não venham a jogar nos rios, como já fizeram em outras épocas, os pintainhos que estão a sair das encubadeiras, porque não encontrarão mercado para comprá-los.

Senhor presidente, nobres deputados, é o nosso apelo ao Presidente da CFP, doutor Vilela, ao representante dele aqui no Paraná, o ex-Secretário Eugênio Stephanello, do Presidente da República, General João Baptista Figueiredo porque se fala tanto em Segurança Nacional que eu acredito que nesta hora, a suinocultura, como empregadora de mão-de-obra, a avicultura, como grande empregadora de mão-de-obra a pecuária de leite, como empregadora de mão-de-obra, torna-se até um fator de segurança nacional, porque nós estamos cansados de dizer que precisamos deter o homem no meio rural, mas nada está sendo feito para que isto aconteça; pelo contrário, estão acabando com as culturas que empregam mão-de-obra rural no campo e nós temos que apelar, inclusive, ao Presidente da República.

Era só senhor presidente, era só, senhores deputados. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Este

Poder registra, com satisfação, a presença do Presidente da Câmara Municipal de São João do Ivaí, senhor Sebastião Bezerra Guedes.

Concedo a palavra ao deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Senhor presidente, senhores deputados.

No Paraná são 544 estabelecimentos do segundo grau; destes 65%, ou seja, 360 são da rede estadual pública e 33 somente 3% pertencem a uma instituição denominada Campanha Nacional de Educandários da Comunidade.

Nesta oportunidade, nós queremos registrar o envio de correspondência à senhora Secretária de Educação do Estado, solicitando que designe, para coordenação municipal de Londrina, cargo que está vago há cerca de três meses, a titular da 18ª Inspeção Regional de Ensino e ao mesmo tempo solicitamos que determine a execução de estudos, visando a encampação das escolas da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, pela Secretaria de Estado da Educação.

Justificamos, senhor presidente, senhores deputados, essa nossa solicitação diante da documentação disponível nesta Casa, diante das discussões travadas na Comissão Permanente de Educação da Assembléia Legislativa, que levantam questionamentos a respeito do nível de ensino que a Campanha Nacional de Educandários da Comunidade está a oferecer à pequena parcela do estudantado paranaense, mas que embora pequena, somente 33 dos 544 estabelecimentos pertencem à Campanha, mas que justificam a nossa apreensão.

O problema da educação nacional, vem se desenrolando há muitos anos; no passado, na década de 40, em Recife, numa campanha liderada inicialmente por estudantes, se criou a cam-

panha do ginásio: pobre, que tinha como objetivo possibilitar o acesso à escola daqueles que dela estavam marginalizados, por designação sócio-econômica de uma realidade da década de 40.

Em virtude da configurada ausência do Estado, nas questões de educação — estado, entendido como Governo Nacional, Governo Estadual, Governo Municipal —, um problema que se agravou nas duas últimas décadas, as soluções idealistas começaram a surgir e a solução da campanha teve no seu início esse propósito no entanto, dentro de uma formação estrutural surgiu um movimento que no Paraná sofreu um verdadeiro processo de inchaço e não de crescimento nacional.

Proliferaram-se no território paranaense, as unidades de ensino, teoricamente mantidas pela Campanha. Dizemos teoricamente por quanto, na realidade, foram criadas escolas e mais escolas, deixando-as, depois, à improvisação do empirismo e cada vez mais dependente de repasse de recursos financeiros do próprio Estado. Sacrificou-se, nos últimos anos, os municípios que suportam com poucos recursos a manutenção da rede de ensino e ainda têm que doar recursos para as próprias escolas cenesistas, para oferecer um ensino que nem sempre é da qualidade da própria rede estadual. Nós apresentamos aqui rapidamente alguns dados levantados pela Secretaria da Educação do Município de Londrina que numa pesquisa realizada entre a população das cinco escolas mantidas pela Campanha na zona rural daquele município, identificou que há um grau de insatisfação em torno de 66%, em relação às escolas, e de 71% em relação à direção das mesmas escolas. E aí, nos reportamos aos documentos remetidos a esta Assembléia pelos cidadãos do Município de Marechal Cândido Rondon, objeto de análise num debate aqui na Assembléia, numa reunião especial da Comissão de Educação onde as interferências políticas, na campanha, foram debatidas. O Estado do Paraná, progressivamente, na nossa opinião, deverá absorver a clientela das escolas da campanha, pois, esta diretriz atende ao programa do PMDB do ensino público e gratuito. As distorções que hoje enfrentam as Escolas da Campanha Nacional de Educandários da Comunidade não se restringe ao Paraná, tanto é verdade que a nível da própria Coordenação Nacional da Campanha, um seminário está programado para o próximo mês, em Brasília, com vistas a discutir a reorganização, digo, a reorientação que a Campanha deverá sofrer. O enfraquecimento da qualidade do ensino, as próprias medidas de mudança da destinação do salário educação, que tenta reverter a sua utilização quase que exclusivamente pela rede particular com fins lucrativos na área educacional, para o seu real destino que seria o reforço de recursos da rede pública, são indícios que nos levam, através deste requerimento que hoje apresentamos, a solicitar da Secretaria de Estado da Educação que inicie os estudos visando a encampação das escolas. E antes de concedermos o aparte ao nobre deputado Gilberto Carvalho, queremos manifestar, nesta oportunidade, nosso apoio a que a comunidade paranaense envolvida com a questão das escolas da Campanha, ou seja, alunos, pais e professores, atentem para a data de 29 de outubro próximo, ocasião em que

ocorrerão as eleições para os setores locais da campanha, em que novas comissões de direções destas escolas, serão eleitas, e que tenho certeza, de que se realizadas num clima aberto e democrático, como foram realizadas as eleições das escolas das redes estaduais, há meses atrás, nós poderemos, através das eleições de 29 de outubro próximo avançar no processo de melhoria na qualidade de ensino, mantida por estas escolas por hora, e acelerar a implantação das mesmas pela Secretaria da Educação.

Concedo a palavra, com muita satisfação, ao nobre deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, nobre deputado, para dizer que conheço muito bem a atuação da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, do Paraná. Nós temos 116 escolas no Paraná, e eu venho fazendo um apelo ao Governo, não só agora como já fiz à atual Secretária da Educação, como também no Governo passado, para melhorar o nível do ensino, que houvesse uma remuneração de pelo menos 50% da despesa desta escola; ficaria muito mais barato ao Estado auxiliar com 50% cada escola do que manter por conta própria, porque estas escolas têm o setor local, com o setor local, os seus presidentes não recebem remuneração alguma, são verdadeiros abnegados, que prestam serviço à causa pública. Os professores muitas vezes lecionando por preço abaixo daquilo que recebe um professor do Estado. Mas, nem isto nós conseguimos.

Que bom seria, se o Estado assumisse, e aliviasse de uma vez por todas, porque a Campanha entra aonde o Estado não vai para poder oferecer condições àqueles alunos, àqueles pais que não têm condições de mandar os filhos, às vezes para fora do município, e ela mantém a escola.

Seria bom que, o Estado encampasse, quando nós pedimos pelos menos 50%, nem os 50% saem, e adianto mais a Vossa Excelência que o convênio firmado há poucos dias, com as Prefeituras municipais pelo Governo do Estado, através da Secretaria, para manutenção dos professores municipais à disposição do Estado, na escola, do Estado, em cada município, que o MEC já remeteu dinheiro para a Secretaria da Educação, e até hoje, ainda não foi pago aos professores.

Recebi, antes de ontem, um pedido do Município de Fênix que, há quinze dias atrás está reclamando o pagamento; informaram na Secretaria da Educação, que não pagavam porque faltava a Certidão do Tribunal de Contas. Dentro de meia hora, encaminhei esta Certidão, e até hoje não saiu o pagamento. Se eles não estão cumprindo nem com o seu compromisso, em cada município, para pagar aos professores que estão à sua disposição, eu acho difícil que o Estado venha a assumir a rede de 2º grau, mantida pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade.

Concordo com Vossa Excelência, se o Governo puder assumir, será uma satisfação bem concretizada. Na minha região, eu tenho mais de dez escolas. Marechal Cândido Rondon, que Vossa Excelência, também tem várias escolas. Mas, se não puder, que pelo menos, a Secretaria da Educação olhe por esses municípios. São municípios menores,

distritos que precisam do apoio, que o Governo venha socorrer, pelo menos, com 50%, aí nós teremos condições de exigir e melhorar o nível de ensino, em cada município.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Agradeço o aparte do nobre deputado, e entendo que a sua abordagem reforça a necessidade da encampação, em virtude, inclusive, da remuneração precária que os professores atualmente recebem da própria Campanha, e, tenho certeza, que é racionalizando a utilização do orçamento que a Secretaria da Educação já dispõe, e dirigindo com seriedade os propósitos da rede de ensino, tanto de 1.º, 2.º como 3.º graus, no Estado...

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência, concede um minuto para concluir seu pronunciamento.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA — Quanto a este último aspecto que se levanta, do repasse de recursos, eu tenho certeza que a nossa Liderança poderá obter informações a respeito, e fornecer a Vossa Excelência as justificativas com atraso, que porventura, possa estar ocorrendo na transferência aos municípios, que tenho certeza, é compromisso e vontade de executar pela atual Secretaria da Educação.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Presidência registra, com satisfação, a presença, neste plenário, do senhor Senador da República, Álvaro Dias.

A Presidência consulta a Liderança do PMDB, se fará uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao senhor deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO — Senhor Presidente, senhores deputados.

Hoje pela manhã, em companhia do senhor deputado Nelson Vasconcelos, numa audiência com o Senhor Governador José Richa, fomos reivindicar o asfaltamento da Rodovia BR-487 que liga Cruzeiro do Oeste a Campo Mourão; em nossa companhia participaram da audiência, os senhores Prefeitos de Campo Mourão, Professor José Poschapisky, Prefeito de Araruna, Osvaldo Marini, Prefeito de Tuberias do Oeste, Benedito da Silva, e o Prefeito de Cruzeiro do Oeste, João Ferreira.

A reivindicação eu passo a ler, para que conste dos Anais desta Casa: (Lê):

"Uma das metas primordiais e que se torna objetivo de todos os Governos, é a de estabelecer vias de comunicações terrestres que possibilitem, entre outros benefícios, atender ao escoamento das produções agrícolas e outras, do Estado; tal escoamento, se efetivado com um mínimo de gastos, tornar-se-á, com muita propriedade, que "governar é encurtar distâncias".

E o Paraná não pode, como Estado essencialmente agrícola, afastar-se dessa premissa. Torna-se necessário que tenha seu território cortado por rodovias em boas condições de asfaltamento, que integrem toda a sua população e que escoem sua produção.

O Paraná desde 1960 vem tentando estabelecer um

eixo de transporte na forma de uma grande diagonal ao território do Estado, interligando as margens do Rio Paraná, na altura de Pontal do Trigre, até o Porto de paaanaguá.

Para atender as reivindicações paranaenses o DNBR iniciou o processo de configuração desse eixo, procedendo um estudo de viabilidade. Posteriormente, o Estado do Paraná pavimentou o trecho CAMPO MOURÃO—PITANGA, buscando a interligação de uma extremidade importante como é Campo Mourão com a Rodovia PR-160, trecho PITANGA—GUARAPUAVA, também pavimentada.

O referido eixo de transporte na forma de diagonal, foi denominado "Corredor do Setentrião" (devido ao seu sentido de exportação), e necessita ainda da construção dos trechos CAMPO MOURÃO—CRUZEIRO DO OESTE e UMUARAMA—PONTAL DO TIGRE.

Este Corredor de Exportação, conforme estimativa de 1979, possui área de influência de 34.689 km², com população de 2.186.400 habitantes e produção de 3.400.000 toneladas, sendo principalmentee soja, milho, trigo e outros prosutos como algodão, amendoim, café, mamona e mandioca. Sua configuração é coincidente com a diretriz da BR-487 e da PR-160, até Guarapuava, uma vez que sua área de influência abrange as microrregiões do Norte Novíssimo de Umuarama, de Campo Mourão e de Pitanga, e mais os Municípios de São João do Ivaí, Ivaiporã e Jardim Alegre.

No sentido de exportação, não se verifica a existência de alternativa ferroviária. Deste modo, a construção da Rodovia Federal CAMPO MOURÃO—CRUZEIRO DO OESTE torna-se imprescindível, tornando este trecho responsável pelo desafogo da MARINGÁ—APUCARANA.

O trecho CAMPO MOURÃO—CRUZEIRO DO OESTE de acordo com a Classificação Funcional do DNER (1978) é Arterial Primário, sendo que a pavimentação deste possibilitará o ingresso mais eficiente do crescente volume de cargas previstas para os próximos anos, no Corredor.

Portanto, a Rodovia BR-487, CAMPO MOURÃO—CRUZEIRO DO OESTE, trecho de 73 km, que é de vital importância para implantação deste Corredor de Exportação (Setentrião), necessita de especial atenção por parte das autoridades competentes, para que vejam concretizadas as aspirações de toda a população paranaense no objetivo de bem atender o escoamento da produção agrícola.

(aa) RUBENS BUENO

Deputado Estadual
NELSON VASCONCELLOS
Deputado Estadual"

De acordo com a informação de hoje, do senhor Governador do Estado, esta Rodovia terá, início, com a publicação dos editais de Concorrência, no segundo semestre do próximo ano, já dentro do Programa Bid-3, que fará o financiamento desse trecho de Campo Mourão a Cruzeiro do Oeste.

Agradecemos a presença, na audiência do deputado Nelson Vasconcellos e dos prefeitos da região.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (WERNER WANDERER) - Consulto a liderança do PMDB se quer fazer uso do espaço que ainda lhe resta. Com a palavra o deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - senhor presidente, senhores deputados.

Na realidade, quando nós assistimos ao início de um novo dia, quando um Congresso Nacional começa e não só através dos deputados da Situação, onze especificamente, a rebelar-se contra as tentativas desacrementarao indefinido, a nossa condição de insolvência perante o quadro econômico que se nos apresenta. Como nós vemos uma rebe-

lião inteira, contrária à aceitação de um índice zero de produtividade em nossa economia que haveria de configurar mais e mais, a nossa já difícil e combatida soberania nacional, nós alimentamos a esperança de que está se iniciando um novo ciclo, um novo dia, um novo momento. Um momento em que a política econômica ditada sempre em termos de progresso assentada em clima do decréscimo salarial da classe trabalhadora, possa também, estar senão ao fim, pelo menos ao estágio de significativa restrição.

É desta maneira que nós entendemos. Porque de fato basta de aceitar como filosofia que os índices de aumento a partir da esfera federal, tenham que ser sempre, obrigatoriamente, muito além, muito abaixo dos índices da inflação. Basta aceitar um aumento de prestações do BNH, muito acima dos índices de aumento fixados ao trabalhador, ao assalariado brasileiro.

As grandes controvérsias, as grandes incoerências que têm gerado a crise incontestável ou a crise sem limites do trabalhador brasileiro, começam a merecer, digo eu, apenas começam mas, iniciaram-se as preocupações em termos de mudança.

É por esta razão que nós fazemos também nossa, a alegria, a satisfação, por um Congresso que está deixando de ser subserviente. Porque a função do Parlamento, nós não podemos aceitá-las jamais, com uma redução simplês, incondicional à aceitação prontas e acabadas de qualquer Poder Executivo.

É por isto que neste instante, nós queremos externar, queremos também pedir, queremos levar dentro do nosso pequeno alcance a nossa profunda manifestação contra toda e qualquer política de conciliação nacional em termos de aceitação tácita de candidato único a nível de consenso para Presidência da República e quando assim eu manifesto, quero referir-me especialmente que candidato concensual a nível de Presidência, significaria um consenso com a política entreguista, que minou a estrutura federal a nível de governo com a política de aceitação dos impérios latifundiários estrangeiros lacrados em nosso País com a política de aceitação de negativa contra o empresário brasileiro e crescimento sem veias dos trustes e cartéis internacionais, com a política de aceitação da não participação popular das decisões de Governo.

É por esta razão que nós não podemos jamais aceitar o engodo, aceitar trilhar pelos mesmos caminhos que representaram crescente e sucessivamente uma marcha progressiva rumo ao caos econômico e social pelo qual nós estamos passando, fazemos, neste instante, também, nossa alegria, a satisfação por haver deparado com a solidariedade cristalina da gente brasileira, que sempre soube dizer sim em todos os momentos, sempre que solicitada a ajuda ao seu irmão necessitado.

Por esta razão, nós enfatizamos que também a nós foi empolgante a campanha de solidariedade aos nordestinos, só que que não nos bastam as apêndices, a campanha de solidariedade aos nordestinos não poderia simplesmente fechar-se com uma grande movimentação nacional em termos de ceder doativos.

Nós sabemos e o Brasil inteiro sabe que a solução para os graves problemas agrários do Nordeste, que a irrigação às margens do São Francisco, que dar condições de vida aos nordestinos, aí estaria, sem dúvida, a complementação necessária a toda e qualquer obra assistencialista aos flagelados irmãos do Nordeste.

Nós sabemos e infelizmente, que uma política efetiva de solução para os graves problemas do nordeste, de fato não vai acontecer, porque o Governo Federal tem compromissos sérios, tem um pacto selado com o latifúndio, com o capital estrangeiro e com os cartéis, o Nordeste passou a ser aquela ferida, cuidadosamente mantida pelo Governo, porque em nome da seca é assegurada a dependência constante de trinta milhões de brasileiros que encurralados pelas condições

climáticas, oprimidos pela adversidade vêm nas frentes de trabalho, que explora a mão-de-obra nordestina, uma vez mais a única saída para os seus males.

Basta ver, senhor presidente e senhores deputados, o PMDB, embora tenha avançado nas últimas eleições, esmagadora diferença de votos do que os PDS, não alcançado uma representação majoritária a nível de Congresso, porque a grande sustentação do PDS a nível federal, é exatamente a manutenção de sua força, nos Estados da seca. Observamos, com olhar crítico, os Estados da seca que representam o bloco de vitória do PDS. É por isso que nós afirmamos que atender, que ajudar é importante; mas, mais importante que dar o peixe seria dar condições para o nordestino arrancar-se do seu estágio de miséria em que está há tantos decênios; mais importante, seria emancipar o nordeste, dar condições de uma análise crítica da sua situação, mais importante, seria terminar com aquela visão de que nordestinos passou a ser sinônimo de retirante, de alguém que está eternamente à margem da história; de alguém que tem que implorar, bater, comover o País com as lágrimas, com o drama das suas crianças subnutridas perecendo à míngua nos braços das suas genitoras. Essa imagem não pode perdurar, e para que ela não perdure só modificações profundas, substanciais, na terra, na alma de nossa gente é que poderiam traduzir um tempo novo, um dia novo a nível de Nordeste; somente um governante com respaldo popular, capaz de organizar socialmente nossa gente, altamente compromissada com a dor da gente que sofre é que teria condições de enfrentar o vasto, o gigantesco império do latifúndio explorado secularmente pelo capital estrangeiro, sempre participante de riquezas, sempre construtor de riquezas, mas sempre um pária, sempre que essas riquezas começaram a existir. É desta forma, senhores deputados, que nós deixamos bem claro a nossa ciência e a nossa análise em cima da lamentável indústria da seca que perdura apesar de tudo que é o elo de dependência. E nós queremos enfatizar bem claramente, consenso do atual momento a nível de presidente da República, aceitação do atual momento a nível de presidente da República, aceitação do atual modelo, pregação estéril de parlamentarismo como uma solução daquilo que está profundamente a clamar por resposta, mas uma resposta mais profunda, não é, sem dúvida, a solução para os nossos males. É por isso que prossegue a nossa pregação: eleições diretas, participação popular, organização crítica da sociedade, fortalecimento dos sindicatos, porque basta de aceitar com que outros sejam sempre os donos dos nossos destinos.

Concedo o aparte ao deputado Odeni Mongruel.

O Sr. Odeni Mongruel — Obrigado, deputado.

Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer que Vossa Excelência faz uma abordagem bastante ampla a respeito de diferentes aspectos da vida nacional e que ganham, no momento presente, grande relevância. Vossa Excelência discorre, com muita facilidade que é do seu feitio, professor universitário, abordando tantos aspectos que compõem um quadro de generalidades.

Vossa Excelência fala do acontecimento marcante da noite de ontem, no Congresso Nacional, um pronunciamento expressivo do Poder Legislativo. Eu quero crer, ilustre deputado Tadeu França que muito mais do que mérito, atribuído a partidos de Oposição simplesmente, ontem foi uma postura

tomada pelo Poder Legislativo. Se Vossa Excelência poderia perfeitamente observar que a presença de deputados integrantes do partido da Situação, apenas onze lá estavam presentes para votar, Vossa Excelência deveria admitir de que essa postura, desses onze companheiros do Partido Democrático Social, refletem acima de tudo, as expressões contidas no nosso próprio Estatuto partidário.

Eu vejo fundamento, a justificativa de tal postura, justamente nos artigos do nosso Estatuto que consagram uma orientação eminentemente social do nosso partido. Isto não pode ser desconhecido. Devo dizer a Vossa Excelência que não descarto o papel e o significado da fala oposicionista que seu partido político vem trazendo nos últimos anos a esta Casa, ao Legislativo, de um modo geral, e junto à opinião pública. Mas, é bom que se saiba e Vossa Excelência sabe, tem condições culturais suficientes para isto, para saber que a democracia é muito mais que um ideal na sociedade moderna, na sociedade contemporânea, na sociedade que se organiza, na sociedade que tem um lastro científico, é sem dúvida uma necessidade. E Vossa Excelência há de convir, que muito mais do que a pregação, repetitiva de vocábulos, que muito mais agride, do que propriamente orientam criticamente.

A democracia hoje é uma necessidade resultante dessa imposição que sofre o Poder Executivo, de que diz respeito à descentralização do Poder. É indiscutível que o Executivo não pode mais se queixar no seu egoísmo, na sua insensibilidade, e nós que sabemos que o Poder Executivo, nesta Casa, tem sentido esses reflexos, e acima de tudo integrante de uma agremiação própria, dele, Executivo, com perfil e características próprias do Poder Executivo, diferente do Partido da Situação, diferente do Partido que nos deu apoio em campanhas político-eleitorais.

Vossa Excelência tem consciência, Vossa Excelência sobre as agruras do comportamento egoísta, do comportamento autoritário que o Poder Executivo exerce as suas funções neste País, nesses últimos anos, independentemente da sigla partidária, que eventualmente possam pertencer.

Então, senhor deputado Tadeu França, tantos outros aspectos eu gostaria de abordar mas, acima de tudo, chamo-me a atenção e invoco a sua posição de homem universitário, para dizer que ontem à noite, o que se conseguiu neste País, foi uma vitória do Poder Legislativo não nos esquecendo, que não há absolutamente generosidade do Poder Executivo, seja ele de que plano for, e ele começa a ceder, não diante das pressões sociais, mas diante, com certeza, dos insucessos que vem alimentando num processo administrativo, no qual tem demonstrado, a sua incapacidade e a sua insensibilidade, com relação aos apelos mais sensíveis da alma do brasileiro.

O que nós temos é que ter, e é essa consciência de que a democracia será conquistada por todos nós, não apenas por uma agremiação partidária, não apenas pelos partidos que compõem no momento histórico e presente, as oposições, mas, por todos os partidos indistintamente, por cada um e por todos os homens públicos, conscientes, de que somente construiremos uma sociedade mais justa e mais humana, na medida em que cada qual cumpra o seu papel de responsabilidade, sempre na medida exata da capacidade de cada indivíduo e de cada cidadão.

Especificamente, com relação aos problemas do Nordeste, não nos cabe, neste instante, acusar a quem quer que seja.

Cabe-nos de um lado, aplaudir medidas que estão sendo tomadas no momento em que, a fome, chama-se a fome crônica e faz com que os homens públicos comecem a ter consciência cada vez mais das dimensões desse problema econômico, social político cultural e histórico, que estigmatiza o Nordeste brasileiro.

E nós, brasileiros, que vivemos, neste instante, uma das fases mais delicadas, da vida nacional, temos que ter a dignidade, a segurança, a perseverança de um clima de consciência, para que juntos dêmo-nos as mãos, e busquemos as soluções para este País.

Mormente, o quadro nordestino, tentando alterar aquela realidade social que macula a imagem deste País, que se propõe ser humano, democrático, justo.

Queira, senhor deputado, receber a minha manifestação de solidariedade ao seu testemunho com relação ao Nordeste. Não busquemos os culpados do passado, busquemos, daqui para a frente, encontrar as soluções, encontrar as medidas que nos levem a alterar expressiva e significativamente, a situação aflitiva em que estão colocados, historicamente, os nossos irmãos do Nordeste, porque se nós não conseguirmos, se não tivermos a capacidade suficiente de encontrarmos as nossas soluções para esse problema que hoje macula a nossa imagem e que preocupa a nossa consciência, não tenho a menor dúvida de que, dificilmente encontraremos os caminhos que nos levarão à superação do quadro econômico-social de grande magnitude, e que atrai não apenas as nossas atenções, mas, de todo o mundo civilizado.

Muito obrigado, senhor deputado.

O SR. TADEU FRANÇA — Senhor deputado Odeni

Mongruel, nós é que agradecemos a sua intervenção.

Pretendemos deixar bem claro que, enquanto surge mais imperiosa, a necessidade de uma união, de uma valorização do Poder Legislativo, valorização essa que só será conquistada pelo Poder Legislativo, e nós esperamos que o Decreto 2024 bem como o 2045, possam vir a ser os grandes testes de emancipação do Poder Legislativo, nós esperamos de fato, uma resposta mais expressiva, mais coerente, e concordamos inteiramente com Vossa Excelência, em termos de participação legislativa num processo social e político, mesmo porque, concordo plenamente com a idéia de que, a função do deputado não é dar respaldo político a um governo, mas, ser, a síntese dos graves problemas sociais de um povo inteiro.

É por isto que, em certos aspectos causa-nos profunda repugância certos instrumentos lesivos ao desempenho efetivo da função parlamentar - o expediente de fechar questão em termos de certos assuntos que não dizem respeito a questões doutrinárias do partido, mas simplesmente a interesses de grupos, como tão freqüentemente tem sido norma no Congresso Nacional, tentando-se amedrontar, punindo o deputado, com a cassação do seu mandato, se não votar de acordo com a diretriz em cima da qual, se fechou questão. É um instrumento pífido de humilhação, de manutenção da subserviência do Parlamento, às decisões unitárias tantas vezes arbitrárias de um Executivo todo-soberano.

É por esta razão que nós nos colocamos em postura

de independência. Às vezes nós do PMDV somos criticados porque, em nossa linguagem, sempre procuramos, sim, incentivar o governo mas sem abrir mão da crítica construtiva para ajudar positivamente, na solução dos problemas paranaenses, na solução dos problemas que nos dizem respeito. É porque nós pontificamos e fazemos questão dessa nova filosofia de Parlamento, é porque nós entendemos que, o nosso processo político tem que ser outro. Ainda recentemente fazíamos requerimento - pequeno, é claro, modesto, pedindo o fim do voto vinculado, que é uma forma de tolher estrategicamente, a livre opção de nossa gente, uma revisão na Lei da Fidelidade Partidária, representantes do povo, com pesos diferentes, como conceber, por exemplo, que um possa mudar de partido, desde que entenda que aquela agremiação não corresponda às suas aspirações e um representante do Poder Legislativo não possa ter a mesma opção, sem a punição castradora da perda do seu mandato?

Até nos parece a manutenção de leis feudais, com duplo peso, com dupla medida.

São situações profundamente humilhantes ao Poder Legislativo, e contra a qual, como bem afirmou Vossa Excelência, deputado Odeni Mongruel, todos nós, independentemente de cores partidárias, devemos nos levantar.

Senhores deputados, na realidade é hora de união e eu concordo com isso.

Mas nós não podemos ficar apenas na retórica pregando uma união sem levar ao nordestino, por exemplo, de que nenhuma saída acontecerá para o Nordeste enquanto lá existirem quase 30 milhões de homens sem terra, enquanto apenas 8 mil famílias forem donas de quase tudo.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Esta Mesa informa que esgotou o tempo e concede um minuto para concluir.

O SR. TADEU FRANÇA — Concluindo, portanto, senhor presidente, senhores deputados, aceitamos a pregação da união, mas não aquela união que aliena, aquela união que nacionaliza, que constrói, que mostra ao homem que as soluções estão nos seus braços, na sua força, na sua união e não no entreguismo barato às asfixias de fora que sempre comprometeram nossa emancipação e nosso direito de brasilidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Consulto à Liderança do PDS se quer fazer uso do espaço que lhe é reservado. Tendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos senhores deputados Tércio Albuquerque e Rubens Bueno, na qualidade de vice-líderes do PDS e PMDB, respectivamente, constante do expediente, indicando os senhores deputados que irão representar esta Casa, nos festejos de aniversário do município de Campo Mourão. — Ao Departamento Legislativo para anotar.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 97/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 75/83, que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5944 de 21/05/69. (Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., com EMENDA da C.R.H., por unanimidade, e da C.S.P., FAVORÁVEL ao Projeto e CONTRÁRIO à EMENDA da C.R.H., por maioria. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação as Emendas de nºs 01 a 13. —

Aprovadas.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 06/83, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que estabelece nos termos da presente resolução que as dotações consignadas no Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, destinadas à subvenção social, serão aplicadas por indicação dos senhores deputados. Com PARECERES FAVORÁVEIS, com EMENDAS da C.C.J. e C.F., por unanimidade e com PARECER DA COMISSÃO EXECUTIVA, FAVORÁVEL ao projeto e à EMENDA da C.C.J. e CONTRÁRIO à EMENDA da C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. —

Sobre o mesmo, há um requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência na votação da Emenda de Plenário, apresentada ao Projeto de Resolução nº 06/83, sobre as emendas das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças. — **Aprovado.**

Em votação o Projeto nº 06/83, ressalvada a Emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda de Plenário. **Aprovada.**

Conseqüentemente, estão prejudicadas as Emendas da C.C.J. e de Finanças.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 12/83, (Mensagem nº 03/83, ex-Proposição nº 03/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova termo aditivo de 26/11/82, ao convênio celebrado em 01/02/82, entre o governo do Estado do Paraná e o município de Londrina. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 77/83, (Mensagem nº 86/83, ex-Proposição nº 89/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o termo de re-ratificação nº 03/83,

de 13/05/83, ao convênio nº 02/83, celebrado em 24/02/83, entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER., e o município de Maringá, objetivando a restauração da avenida Colombo, entre avenida Tuiuti e trevo de acesso à PR- 317, no referido município. **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 78/83, (Mensagem nº 86/73m ex-Proposição nº 85/83, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado entre o governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "Prosafras", no exercício de 1983. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/83, de autoria do deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o PODER EXECUTIVO, a realizar concurso interno, para enquadrar na carreira de Agente Fiscal, servidores contratados como "Conferente", conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.R.H., por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 104).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei nº 98/83

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre deputado Anibal Khury, autoriza o Poder Executivo a realizar concurso interno de provas e títulos para enquadrar na carreira de "Agente Fiscal", os servidores contratados como "Conferente" e que prestam nas agências auxiliares de rendas do Estado, funções idênticas às de Agente Fiscal.

Trata-se do atendimento de uma justa reivindicação de funcionários da Secretaria de Estado das Finanças, cuja situação precária é herança de governos anteriores.

Tratando-se de mera autorização legislativa, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Somos, portanto, pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 17 de agosto de 1983.

(aa) Djalma de Almeida Cesar, Presidente;

Tadeu Lúcio Machado, Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 98/83

O nobre deputado Anibal Khury, através deste projeto, autoriza o Poder Executivo a realizar concurso interno de provas e títulos para enquadrar na carreira de Agente Fiscal, os servidores contratados como CONFERENTE e que prestam serviços nas agências auxiliares de rendas do Estado, funções idênticas às de Agente Fiscal.

Na justificativa, o ilustre autor esclarece a disparidade que existe atualmente com relação à remuneração nas carreiras de "Conferente" e de "Agente Fiscal", tendo em vista que as duas atribuições e responsabilidades são idênticas.

Esta Comissão de Recursos Humanos, como sempre sensível às reivindicações justas, amparadas na ordem administrativa, fica à vontade para opinar pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) Odeni Mongruel, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da redação final para o Projeto de Lei nº 97/83. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, visando a implantação de centrais telefônicas nos distritos de Vila Ipiranga, Dois Irmãos e São Miguel, bem como a venda de telefones residenciais nos referidos distritos, do município de Toledo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores secretário dos Transportes e diretor geral do D.E.R., visando a reconstrução da ponte sobre o Rio São Francisco Falso, no município de Santa Helena. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e do Esporte, encarecendo a doação de duas fanfarras completas em favor das escolas da Rede Estadual de Ensino, no município de Araruna. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor chefe da Casa Civil, visando a inclusão no Orçamento Geral do Estado, do Albergue Noturno, do município de Terra Boa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando uma reforma geral no Ginásio João Maffei Rosa, no município de Juranda. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora secretária da Educação, visando reformas gerais onde encontram-se abrigadas as instalações do Colégio Estadual Unidade Pólo — ensino de primeiro e segundo graus, no município de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Cultura e Esporte, encarecendo o envio de materiais para a Escola Estadual Ribeiro de Campos - ensino de primeiro grau, no município de Goioerê. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao senhor presidente das Organizações Rede Globo, pelos 30 anos de sua existência em nosso País. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de solidariedade aos senhores prefeitos do Estado do Paraná, que, reunidos com prefeitos de outros Estados da Federação, seguirão até Brasília, no dia 27 de setembro do corrente ano, para reivindicar a Reforma Tributária Nacional. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor presidente da Sanepar, por intermédio da Secretaria do Interior, visando a instalação de uma rede de água no Centro Social Nossa Senhora das Dores, no município de Colombo. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Djalma de Almeida Cesar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo a elaboração de um programa emergencial,

visando a recuperação das estradas vicinais do município de Cândido de Abreu.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a senhora Secretária da Educação, visando a nomeação da titular da 18a. IRE., para exercer a função de coordenadora da CNEC, do município de Londrina, bem como que determine a execução de estudos para encampação das escolas da CNEC no Paraná, pela Secretaria da Educação.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando a inserção na Ata dos trabalhos da sessão, do artigo "Crise Leva ao Abate de Leitões Recém-Nascidos", publicado na edição de hoje do Jornal "O Estado do Paraná".— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Caito Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Adevipar - Associação dos Deficientes Visuais do Paraná, pela conquista do título de tri-campeão no 3º Torneio Sul Brasileiro de Deficientes Visuais, realizado em Joinville-SC, bem como dê-se ciência do mesmo aos senhores presidente e técnico da entidade. **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de sugestão ao senhor secretário dos Transportes, visando a inclusão no Plano Rodoviário Estadual, da ligação asfáltica dos municípios de Cruzeiro do Oeste a Nova Olímpia.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, manifestando apoio desta Casa à solicitação encaminhada pela Prefeitura Municipal de União da Vitória, no sentido de que seja reativado o Laboratório de Análises de Solo do Iapar, existente na sede daquele município e desativado desde janeiro passado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Tadeu França, constante do expediente solicitando seja oficiado ao senhor diretor-presidente da Copel, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo esclarecimentos sobre fatos ocorridos no Escritório Regional de Maringá.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio ao senhor ministro do Interior, de estudo, o qual contém sugestões para alterações do Sistema Federal de Habitação — Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, objetivando estabilizar o Sistema Federal de Habitação e reduzir os juros do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. — **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que a Sessão Solene do dia 31 de outubro do corrente ano, em Comemoração aos 500 anos de nascimento do Reformador Martin Luther, seja antecipada para o dia 27 do mesmo mês.— **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de Moção, parabenizando os senhores deputados federais, os senhores presidente e líderes da Câmara Federal, bem

como os senhores presidentes e líderes dos partidos políticos, nos termos que apresenta.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nºs 33, 44, 60, 90 e 97/83.

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 6, 12, 77 e 78/83.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 98/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 22 DE SETEMBRO DE 1983.

"CRISE LEVA AO ABATE DE LEITÕES RECÉM- NASCIDOS"

MARINGÁ (Sucursal) — A matança de leitões recém-nascidos, pesando pouco mais de um quilo, vem sendo uma das soluções drásticas adotadas por parte dos suinocultores do Norte do Paraná para evitar prejuízos financeiros mais elevados em consequência de custos de alimentação considerados insuportáveis. Não existe qualquer dado estatístico sobre o montante de animais mortos, embora seja progressivo o extermínio à medida em que se aprofunda a crise do setor.

Esta denúncia foi formulada ontem a O ESTADO pelo presidente da Associação dos Suinocultores da Região de Maringá, Antônio Populim, assegurando que matrizes em período de reprodução igualmente estão sendo descartadas. Os reflexos do problema devem se acentuar dentro de alguns meses, prevendo-se desfalque acentuado na oferta de carne de porco no mercado, o que elevará ainda mais os preços para o consumidor.

PREJUÍZOS

Populim apresenta dados comprovando os prejuízos desta atividade. Mesmo com a arroba do porco em pé atingindo ontem Cr\$ 11,5 mil, há uma grande oferta de animais aos frigoríficos diante do impasse gerado pela escassez do milho, responsável por 60 por cento da alimentação global dos rebanhos. Um porco de 100 kg bruto, que sofre normalmente desconto de 20 por cento em seu peso, é vendido a Cr\$ 61,3 mil pelos criadores. Mas o seu custo final não fica abaixo de Cr\$ 70 mil. O quilo de ração e concentrados varia em torno de Cr\$ 170,00. Este valor, acrescido com custos de mão-de-obra e financeiros, eleva a Cr\$ 86 mil a despesa global por cabeça.

"Cada suíno terminado e enviado ao abate significa prejuízo médio de Cr\$ 25 mil ao criador", constata o dirigente rural de Maringá, acentuando que, conforme os cálculos apresentados a melhor solução é o descarte de qualquer forma porque, quanto mais alimento comprar, maior será seu prejuízo. A saca de milho alcança Cr\$ 9,7 mil e o leitão patrocinado pela CFP foi um verdadeiro fiasco.

O mais grave ocorre em relação às matrizes que dão cria. Antes do parto, necessitam consumo diário de seis quilos de ração, volume idêntico que se estende durante os 45 dias de amamentação. Os gastos tornam-se

muito elevados e muitos criadores, no sentido de contê-los, vêm exterminando leitões recém-nascidos e dando menos alimentos às matrizes como forma de reduzir o déficit. "Considerando-se os 60 dias do ciclo antes e depois do parto, cada fêmea consome no período 360 kg de alimentos, o que inviabiliza a atividade diante da atual conjuntura", assinala Populim.

Como alternativa, os pequenos suinocultores mantêm apenas matrizes e reprodutores. Quando muito esperam os leitões atingirem 7/8 kg para enviá-los ao abate, quando o normal seria a comercialização após atingirem 100 kg brutos. As fêmeas em período de reprodução igualmente estão sendo descartadas pelo mesmo motivo. Em consequência, pequenas granjas começam a ser desativadas. Na região de Maringá, há três anos eram 85 no começo de 83 este número caiu para 30 e, na atualidade, não passam de 14.

A situação se deteriora de forma progressiva, nos primeiros meses deste ano, o porco terminado rendia quantia bruta de Cr\$ 22 mil ao criador. Deduzindo-se todas as despesas, ainda sobrava lucro líquido de Cr\$ 5 mil por cabeça. O quadro se inverteu de maneira drástica. O kg do milho subiu de Cr\$ 26 para Cr\$ 145,00 em menos de nove meses deste ano, ao passo que o farelo de soja, em termos de kg, observou a mesma curva: de Cr\$ 57,00 saltou para Cr\$ 225,00.

A inviabilidade econômica da suinocultura, notadamente de pequeno e médio portes, segundo o dirigente rural, começa a provocar reflexos sociais negativos. Com a desativação de pequenas granjas, aumenta o desemprego no meio rural e torna-se mais precário o equilíbrio entre oferta e demanda de carne do setor, embora o consumo tenha se retraído diante de preços qualificados como proibitivos para a maioria dos consumidores. "A política para a suinocultura empurra o granjeiro para a ociosidade. O melhor mesmo é acabar com todo o rebanho e investir o dinheiro da comercialização no mercado financeiro, que oferece liquidez certa sem qualquer preocupação para o investidor", sugere o presidente da Associação dos Suinocultores da Região de Maringá. Das 400 cabeças que mantém em sua propriedade, ele pensa em conservar apenas as 30 matrizes e os sete reprodutores."

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE SETEMBRO DE 1983.
QUINTA-FEIRA**

Presidência do senhor deputado Werner Wanderer, secretariada pelos senhores deputados Tuguio Setogutte e Anibal Khury.

Às dezessete e trinta horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados:

Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato

Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezzi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Werner Wanderer) — Não havendo expediente a ser lido,
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 72/83, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO AÇÃO SOCIAL NOSSA SENHORA DE FÁTIMA", de Ponta Grossa.—
Aprovado. (Publicado no D.A. nº 62).

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 85/83, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS DE APUCARANA — S.O.S.", com sede e foro no referido município.— **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 70).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 95/83, (Mensagem nº 70/83), que permuta o lote nº 07, da quadra nº 18, de propriedade do Estado, pelo lote nº 01 e parte do lote nº 02 de propriedade do senhor FREDERICO GRACITE, ambos situados na cidade de Iguaraçu.— **Aprovado. (Publicado no D.A. nº 93).**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 96/83, (Mensagem nº 83/83), que doa à Emater/PR-Acarpa, lote de terreno sob nº 04, da quadra 115, da cidade de Imbituva, de propriedade do Estado do Paraná, com características que especifica.— **Aprovado. (Publicado na ata nº 93).**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.